



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação

Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG
Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação apresentada para registro no SICAF e arquivada na UASG Cadastradora, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

CNPJ / CPF: 03.022.122/0001-77 Validade do Cadastro: 17/09/2018
Razão Social / Nome: BK CONSULTORIA E SERVICOS LTDA
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
Domicílio Fiscal: 71072 - São Paulo SP
Unidade Cadastradora: 373066 - INST.NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA
Atividade Econômica: 8299-7/99 - OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
Endereço: AV Ipiranga 104 sobreloja - São Paulo - SP
Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta

Níveis validados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Validade: 27/10/2018

FGTS Validade: 28/06/2018

INSS Validade: 27/10/2018

Trabalhista Validade: 02/12/2018

<http://www.tst.jus.br/certidao>

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Municipal:

Receita Estadual/Distrital

Validade: 14/06/2018

Receita Municipal

Validade: 11/06/2018

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira - Validade: 31/05/2019

Índices Calculados: SG = 1.69; LG = 1.20; LC = 1.20

Patrimônio Líquido: R\$ 0,00

Esta declaração é uma simples consulta não tem efeito legal.

JUCESP
19 04 18



JUCESP PROTOCOLO
0.347.105/18-0



ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE LIMITADA

BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA

CNPJ/MF. 03.022.122/0001-77

NIRE. 35218751892

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas:

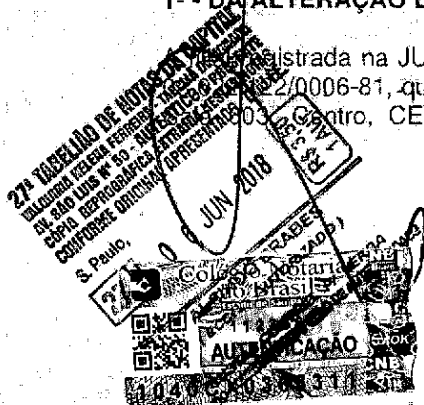
BERNARDO KOGAN, brasileiro, casado com comunhão universal de bens, analista de sistemas, portador da cédula de identidade RG nº 3.289.673-6 SSP/SP expedido em 10/07/2013 e CPF/MF nº 445.100.988-04, residente e domiciliado nesta Capital do Estado de São Paulo a Rua Tupi, nº 343, Apto. 161, Santa Cecília, CEP 01233-001, neste ato representado pelo **Inventariante**, conforme Livro 177 páginas 152 a 167 do Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas Mineiros do Tietê-SP, o Sr. **MARCIO KOGAN**, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, analista de sistemas, portador da cédula de identidade RG nº 26.279.414-7 SSP/SP, expedida em 04/03/2008 e CPF/MF nº 303.215.958-07, residente e domiciliado, nesta Capital do Estado de São Paulo a Rua Dr. Gabriel dos Santos, 444, apto. 161, Bairro de Santa Cecília, 01231-010

PIERRE RAFIKI ORFALI, brasileiro, casado com separação total de bens, analista de sistemas, portador da cédula de identidade RG nº 4.859.756-9 SSP/SP expedido em 02/03/2015 e CPF/MF nº 563.561.538-49, residente e domiciliado nesta Capital do Estado de São Paulo a Rua Gabriele D'Annunzio nº 710, Apto. 501, Campo Belo, CEP 04619-002,

Únicos sócios quotistas titulares de direitos sobre as quotas sociais representando a totalidade do Capital Social da **BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA** com sede nesta capital do Estado de São Paulo a Avenida Ipiranga, nº 104, sobreloja no bairro República, CEP 01046-010, com Contrato Social registrado na JUCESP, sob o NIRE 35218751892, em sessão de 16/12/2003, com sua última alteração arquivada em 17/10/2017, sob o nº 475.352/17-8, tem entre si, justo e contratado, esta alteração do contrato social, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

1ª - DA ALTERAÇÃO DO ENDEREÇO DE FILIAL

Registrada na JUCERJA sob o NIRE 33901265818 e inscrita no CNPJ sob o nº 02.2/0006-81, que vinha exercendo seus negócios na Rua da Alfândega nº 115, Centro, CEP 20070-003, Rio de Janeiro/RJ, passa a fazê-lo agora no



DIJESB
19 04 18

seguinte endereço: Avenida Rio Branco nº 26, Sobreloja, Sala 7, Centro, CEP 20090-001, Rio de Janeiro/RJ.

2ª - DA ALTERAÇÃO DO QUADRO SOCIETÁRIO

BERNARDO KOGAN, detentor de 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) quotas sociais, retirando-se da sociedade por falecimento em 03/12/2017, cede a totalidade de suas quotas para a sócia **IDA WAGON KOGAN**, brasileira, viúva, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 4.259.534-4 SSP/SP expedida em 20/03/2014 e CPF/MF nº 356.672.058-58, residente e domiciliada nesta Capital do Estado de São Paulo a Rua Tupi, nº 343, Apto. 161, Santa Cecília, CEP 01233-001, pelo valor nominal de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

3ª - DA CONSTITUIÇÃO DE FILIAIS

Neste ato, os sócios de comum acordo e na melhor forma de direito, resolvem constituir filiais, sendo: uma na Avenida Antônio Carlos Magalhães, nº 2501, Edif. Profissional Center, Sala 912, Brotas, Salvador – BA, CEP 40280-901, com capital social de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) com o objeto social de serviços administrativos de rotinas empresariais e preparo de documentos relacionados ao CNAE 8219 9 99.

E outra na Avenida Marechal Rondon, 145, Sala 202, Bairro Brasília, Betim/ MG – CEP 32.600-298; com capital social de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) com o objeto social de serviços administrativos de rotinas empresariais e preparo de documentos relacionados ao CNAE 8219 9 99.

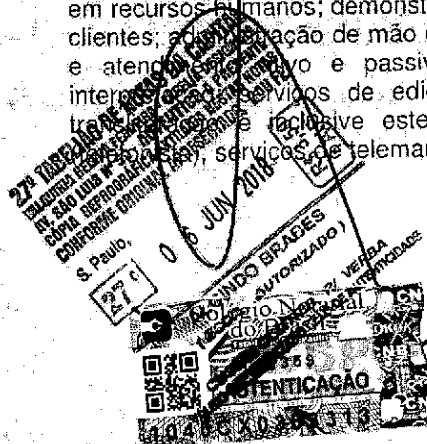
4ª - DA ALTERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOCIETÁRIA

A administração da sociedade e a assinatura de todos e quaisquer documentos que envolvam a responsabilidade de sociedade bem como a representação ativa ou passiva judicial ou extrajudicial será feita individualmente pelos sócios, **IDA WAGON KOGAN** e **PIERRE RAFIKI ORFALI**.

5ª - DA ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

Os sócios resolvem de comum acordo, alterar também o objeto social da sociedade, conforme segue:

SERVIÇOS DE INFORMÁTICA: Suporte técnico; configuração e manutenção de programas; desenvolvimento, produção e distribuição de programas de computadores (software); processamento de dados; digitação; digitalização; suporte em O&M; gestão em sistemas de informação; treinamento e instrução em sistemas de informática e inclusive locação de mão-de-obra. **SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS:** Consultoria e assessoria administrativa; consultoria e assessoria financeira; consultoria e assessoria em recursos humanos; demonstração e divulgação de produtos e serviços de empresas clientes; administração de mão de obra na execução de serviços de crédito e cobrança e atendimento ao cliente ativo e passivo em empresas clientes; serviços de tradução e interpretação; serviços de edição e revisão de textos; serviços de transcrição e digitação; serviços de estenografia; serviços de operação de mesa telefônica e serviços de telemarketing e central de atendimento; serviços de pesquisa e



A

M. P.

Executada por um profissional habilitado em Engenharia e Economia do E, com responsabilidade profissional pelos serviços profissionais prestados e legalmente Urbanismo de São Paulo - GAU/SP.

JUCESP
19 04 18

6ª - DA NOVA REDAÇÃO SOCIAL

Os sócios resolvem dar nova redação ao contrato social da empresa, tornando assim sem efeito a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no Contrato de constituição, que passa a ter a seguinte disposição:

CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA

BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA

IDA WAGON KOGAN, brasileira, viúva, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 4.259.534-4 SSP/SP expedida em 20/03/2014 e CPF/MF nº 356.672.058-58, residente e domiciliada nesta Capital do Estado de São Paulo a Rua Tupi, nº 343, Apto. 161, Santa Cecília, CEP 01233-001;

PIERRE RAFIKI ORFALI, brasileiro, casado com separação total de bens, analista de sistemas, portador da cédula de identidade RG nº 4.859.756-9 SSP/SP expedido em 02/03/2015 e CPF/MF nº 563.561.538-49, residente e domiciliado nesta Capital do Estado de São Paulo a Rua Gabriele D'Annunzio nº 710, Apto. 501, Campo Belo, CEP 04619-002;

Únicos sócios quotistas titulares de direitos sobre as quotas sociais representando a totalidade do Capital Social da **BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA** com sede nesta capital do Estado de São Paulo a Avenida Ipiranga, nº 104, sobreloja no bairro República, CEP 01046-010, com Contrato Social registrado na JUCESP, sob o NIRE 35218751892, em sessão de 16/12/2003.

CLAUSULA PRIMEIRA: A sociedade empresaria Ltda. Denomina-se **BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.** e tem sede nesta Capital do Estado de São Paulo a Avenida Ipiranga, nº 104, sobreloja, no Bairro República, CEP 01046-010, inscrito no CNPJ/MF nº 03.022.122/0001-77, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - **JUCESP**, sob o **NIRE** nº 35218751892, em sessão de 16/12/2003, sendo a ultima alteração registrada na **JUCESP**, sob nº 475.352/17-8 em sessão de 17/10/2017.

Parágrafo único – A sociedade possui filial em:

- Brasília/DF, SHCN CL, QUADRA 413, BLOCO E, SALA 101, CEP 70.876-550, com capital social de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e mesmo objeto social da Matriz.

- Rio de Janeiro/RJ, registrada na JUCERJA sob o NIRE 33901265818 e inscrita no CNPJ sob o nº 03.022.122/0006-81, Avenida Rio Branco nº 26, Sobreloja, Sala 7, Centro, CEP 20090-001, com capital social de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e mesmo objeto social da matriz.

- Salvador/BA - Avenida Antonio Magalhães, nº 2501, Edif Profissional Center, Sala 912, Brotas, CEP 40280-901, com capital social de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e mesmo objeto social da matriz, sendo que nesta



DUCE SP
19 04 19

filial os serviços serão *exclusivamente* serviços administrativos de rotinas empresariais e preparo de documentos relacionados ao CNAE 8219 9 99

- Betim/MG - Avenida Marechal Rondon, 145, Sala 202, Bairro Brasileira, Betim/MG - CEP 32.600-298, com capital social de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e mesmo objeto social da matriz, sendo que nesta filial os serviços serão *exclusivamente* serviços administrativos de rotinas empresariais e preparo de documentos relacionados ao CNAE 8219 9 99

CLAUSULA SEGUNDA: O objeto social da sociedade passa a ser de: **SERVIÇOS DE INFORMÁTICA:** Suporte técnico; configuração e manutenção de programas; desenvolvimento, produção e distribuição de programas de computadores (software); processamento de dados; digitação, digitalização; suporte em O&M; gestão em sistemas de informação; treinamento e instrução em sistemas de informática e inclusive locação de mão-de-obra. **SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS:** Consultoria e assessoria administrativa; consultoria e assessoria financeira; consultoria e assessoria em recursos humanos; demonstração e divulgação de produtos e serviços de empresas clientes; administração de mão de obra na execução de serviços de crédito e cobrança e atendimento ativo e passivo em empresas clientes; serviços de tradução e interpretação; serviços de edição e revisão de textos; serviços de transcrição e transliteração e inclusive estenografia; serviços de operação de mesa telefônica (telefonista); serviços de telemarketing e central de atendimento; serviços de pesquisa e levantamento e manipulação de dados; gestão de documentos; higienização; manipulação e arquivo; secretariado; geração, coleta e distribuição de malas diretas e informes; serviço de inventário de bens; serviços de inventário de estoques; serviços de logística, recepção, expedição, manuseio e armazenamento de materiais; recrutamento e seleção de profissionais; gestão de folha de pagamento; serviços técnicos administrativos diversos e inclusive locação de mão-de-obra; administração e gestão de espaços públicos; administração e gestão de atendimento em parcerias com a administração pública; administração e gestão de terminais de passageiros. **SERVIÇOS DIVERSOS:** Brigada de incêndio, brigada de incêndio de aeródromo, brigada particular e bombeiro civil; prestação de serviços de representação comercial; serviços de manutenção de condomínio; serviços de limpeza e higienização; serviços de manutenção e conservação de logradouros; jardinagem; serviços de controle e operação de portaria; serviços de recepção, atendimento e orientação de público; serviços de operação e controle de estacionamento; serviços de copeiragem e garçonaria; serviços de mensageria; serviços de operação de elevadores (ascensoristas); serviços de monitoria nas áreas de lazer, cultura e ambiental; serviços de operação de máquinas e equipamentos de transporte; serviços de condução de veículos motorizados e inclusive com locação de mão-de-obra; locação de automóvel sem condutor. **SERVIÇOS TÉCNICOS E DE ENGENHARIA:** Prestação de serviços especializados de gerenciamento, execução, consultoria, assessoria, desenvolvimento metodológico, avaliação e acompanhamento de programas e projetos integrados de ação social, de mobilização comunitária, urbanísticos, ambientais, sócio-econômicos, fundiários e de desenvolvimento institucional; serviços de consultoria, assessoria, gerenciamento e acompanhamento de programas de regularização fundiária; serviços de estudos e desenvolvimento e implantação de planos de reassentamento involuntário;



DUCE SP
19 04 18

realização de estudos urbanísticos, planos de urbanização e habitacionais, projetos de infra-estrutura urbana e planos diretores; serviços de pesquisa cadastro e avaliação de imóveis e georeferenciamento; serviços de engenharia elétrica, civil e de segurança do trabalho, serviços de engenharia naval inclusive com locação de mão-de-obra; serviços de operação e manutenção naval em sistemas de travessias litorâneas e linhas de navegação. **SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL:** Desenvolvimento de programas de capacitação de extensionistas, trabalhadores rurais, grupos de agricultura familiar, empresários rurais, nas áreas de produção, introdução de tecnologias, sustentabilidade e outras atividades ligadas ao desenvolvimento agropecuário e social. Organização e promoção de encontros, eventos, dias de campo e outras atividades de integração e formação. **SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AÉREO:** Serviços auxiliares dos transportes aéreos com ou sem máquinas e equipamentos, serviços auxiliares e operacionais em pátios de aeroportos. **SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA:** Serviços de locação de mão-de-obra temporária nos termos da lei 6.019/74, efetivos, seleção e agenciamento.

PARAGRAFO ÚNICO: A responsabilidade técnica pelos serviços de Engenharia será executada por um profissional habilitado e legalmente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - **CREA/SP**, bem como a responsabilidade técnica pelos serviços de Arquitetura e Urbanismo, será executada por um profissional habilitado e legalmente registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo - **CAU/SP**.

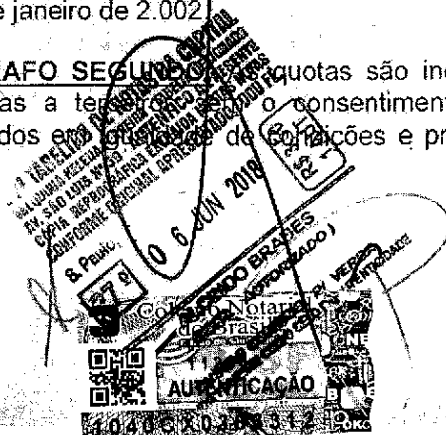
CLAUSULA TERCEIRA: A sociedade iniciou suas atividades em 29/09/1998 e o prazo de duração e por tempo indeterminado.

CLAUSULA QUARTA: O Capital Social é de **R\$ 3.000.000,00** (três milhões de reais) totalmente realizado e integralizado em moeda corrente nacional e dividido em 3.000.000 (três milhões) de quotas sociais de R\$ 1,00 (um real) cada, na forma como segue:

Sócio	Quotas	%	Valor em Real
Ida Wagon Kogan	1.500.000	50%	R\$ 1.500.000,00
Pierre Rafiki Orfali	1.500.000	50%	R\$ 1.500.000,00
TOTAL	3.000.000	100%	R\$ 3.000.000,00

PARAGRAFO PRIMEIRO: Nos termos da Lei a responsabilidade dos sócios é limitada a importância de suas quotas sociais, mas todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do Capital Social nos termos do que dispõe o artigo 1.052 da Lei 10.406 de janeiro de 2.002.

PARAGRAFO SEGUNDO: As quotas são indivisíveis e não podem ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios aos quais ficam assegurados em qualquer hipótese de liquidação e preço o direito de preferência para a sua





JUCESP
19 04 18

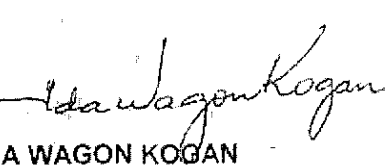
de prevaricação, suspeita de suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

por estarem assim justos e avançados, assinam o presente instrumento de alteração e consolidação de Contrato Social, em 03 (três) vias de igual valor e forma juntamente com 02 (duas) testemunhas legais.

São Paulo, 22 de março de 2018

(27º) 
BERNARDO KOGAN
MARCIO KOGAN

(27º) 
PIERRE RAFIKI ORFALI

(27º) 
IDA WAGON KOGAN

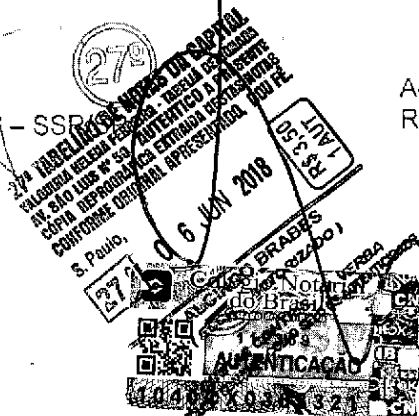


JUCESP

TESTEMUNHAS

Adalberto Xavier
RG: 11.627.210-7 - SSP/BA

Adilson Mariano Souza
RG: 06677362-74 - SSP/BA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO DO VIGÉSIMO SÉTIMO
TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL - SP

Bel. Valquíria Helena Ferreira
TABELIÃO DESIGNADA



1º TRASLADO
LIVRO 2390 - PAG. 121

PROCURAÇÃO QUE FAZ: BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.-

SAIBAM quantos este público instrumento virem que aos VINTE E DOIS (22) dias do mês de DEZEMBRO (12), no ano de dois mil e DEZESSETE (2017), nesta Cidade, Comarca e Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, em diligência à Avenida Ipiranga nº 104, sobreloja - República, onde a chamado vim, e ai, perante mim Escrevente Habilitado do Vigésimo Sétimo Tabelião de Notas, compareceu como **OUTORGANTE: BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA**, com sede nesta Capital na Avenida Ipiranga nº 104, sobreloja - República - CEP 01046-010, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.022.122/0001-77, com seu Contrato Social Consolidado em 6 de Outubro de 2.017, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob nº 475.352/17-8, em sessão de 17/10/2017, cuja cópia fica arquivada nestas Notas, na pasta 0321, sob nº 030477; neste ato representada na forma do Parágrafo Primeiro da Cláusula Quinta de sua consolidação contratual acima mencionada, por seu Sócio: **PIERRE RAFIKI ORFALI**, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da cédula de identidade RG nº 4.859.756-9-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 563.561.538-49, residente e domiciliado nesta Capital, com endereço comercial dela Outorgante. O presente devidamente identificado neste ato pelos documentos supramencionados e apresentados no original, do que dou fé. - Pela outorgante, na forma em que vem representada, me foi dito que por este público instrumento e nos melhores termos de direito, nomeia e constitui seu **PROCURADOR: ADILSON MARINHO DE SOUZA**, brasileiro, casado, consultor, portador da cédula de identidade RG nº 02.677.362-74-SSP/BA e inscrito no CPF/MF sob nº 351.749.435-68, residente e domiciliado nesta Capital, na Rua das Grumixamas n.º 253, apartamento nº 152, bloco "F" - Vila Parque Jabaquara; ao qual confere poderes para representar a Outorgante e suas filiais, perante Repartições Públicas Federais, Estaduais ou Municipais, Empresas de Economia Mista, Fundações, quaisquer Bancos e Empresas Privadas em todo território nacional, podendo para tanto, participar de sessões públicas de habilitação e julgamento de documentação e de propostas, apresentar envelopes de documentação de propostas de preços nas licitações, assinar propostas técnicas e de preços, atas e quaisquer outros documentos, apresentar e assinar recursos, protestar, registrar ocorrências, formular impugnações, juntar documentos, desistir, renunciar ao direito de recursos, realizar vistorias, podendo ainda, prestar esclarecimentos, pedir informações, bem como formular ofertas e lances de preços para pregão, enfim, praticar os atos necessários para o bom, fiel e cabal desempenho do presente mandato. **O PRESENTE MANDATO É VALIDO ATÉ O DIA 10 DE JANEIRO DE 2.019 (10/01/2.019).** - De como assim disse, do que dou fé, me pediu e lhe lavrei o presente instrumento que, depois de lido e voz alta e clara foi achado em tudo conforme, pelo que aceita e assina. Emolumentos: R\$255,06; Estado: R\$72,48; IPESP: R\$49,60; Registro Civil: R\$13,42; Tribunal da Justiça: R\$17,50; Lei 11.021/01: R\$2,56; ISS Prefeitura: R\$5,44; Ministério Público: R\$12,24; Total: R\$428,30; Guia nº 051/2017. Eu, **MARIO BERTO CASTELLON**, Escrevente Habilitado, a lavrei. - Eu, **LUCIANO DE MARIA SCHIMIDT**, Substituto, a subscrevi. (a.) // **PIERRE RAFIKI ORFALI** //. (SELADA). Nada Mais. Traslada em seguida. O presente traslado é cópia fiel do ato notarial lavrado no livro 2390, página 121, dou fé. Eu, **LUCIANO DE MARIA SCHIMIDT**, Substituto, a conferi, subscrevo e assino em público e raso.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE

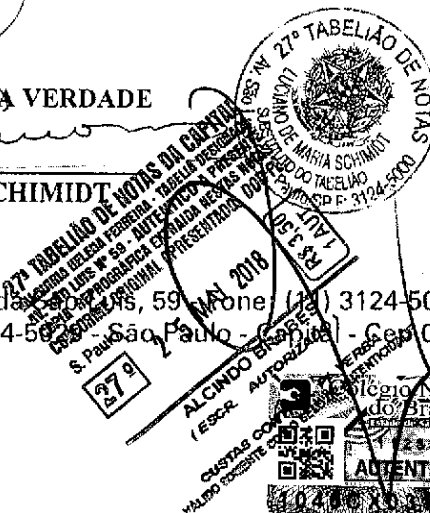
LUCIANO DE MARIA SCHIMIDT
SUBSTITUTO

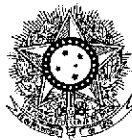
Avenida Ipiranga, 104, 5º andar, sobreloja - República - CEP 01046-001
Fax: (11) 3124-5000



10402602362027 000268458-0

P-08794 R-016958





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: BK CONSULTORIA E SERVICOS LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 03.022.122/0001-77

Certidão nº: 146858407/2018

Expedição: 27/03/2018, às 14:57:48

Validade: 22/09/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **BK CONSULTORIA E SERVICOS LTDA** (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.022.122/0001-77**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO EM SÃO PAULO (ERESP)

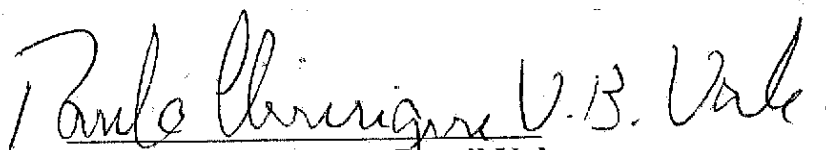
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores em São Paulo, situado na rua Estados Unidos, 1342, Jardim América – São Paulo, representado na pessoa de Paulo Henrique Vieira Brazil Vale, vem declarar, para os devidos fins de comprovação ao mercado das atividades exercidas, que:

BK Consultoria e Serviços LTDA, CNPJ: 03.022.122/0001-77.

Desempenhou serviços terceirizados com locação de Mão de Obra nas áreas de Auxiliar Administrativo, Motorista e Secretária executiva, com 7 funcionários, de 09 de junho de 2017 a 07 de dezembro de 2017, tendo sido avaliada forma positiva quanto a qualidade dos serviços, apresentação da equipe, eficiência da metodologia operacional aplicada, assiduidade, supervisão e atendimento das solicitações.

São Paulo, 22 de março de 2018.


Paulo Henrique Vieira Brazil Vale
Oficial de Chancelaria



**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO EM SÃO PAULO
(ERESP)**

Processo Administrativo nº 09031.000136/2017-83

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM
DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO
EXCLUSIVA**

**TERMO DE CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 02/2017,
QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO (A) SI CELEBRAM A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO
DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES EM SÃO PAULO - ERESP
E A EMPRESA BK CONSULTORIA E
SERVIÇOS LTDA.**

A União, por intermédio do Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores em São Paulo - ERESP, com sede na Rua Estados Unidos 1342, Jardim América na cidade de São Paulo/Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob o nº 02.961.536/0001-07, neste ato representado(a) pela Embaixadora Débora Vainer Barenboim-Salej, nomeada pela Portaria nº 368, de 7 de julho de 2015, publicada no DOU de 08 de julho de 2015, inscrita no CPF nº 083.726.918-00, portadora da Carteira de Identidade nº 4208071-x doravante denominada CONTRATANTE, e a BK Consultoria e Serviços LTDA. inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 03.022.122/0001-77, sediado(a) na Av. Ipiranga, 104, sobreloja, Centro, em São Paulo - SP, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr. Pierre Rafiki Orfali, portador da Carteira de Identidade nº 4.859.756-9 SSP/SP, e CPF nº 563.561.538-49, tendo em vista o que consta no Processo nº 09031.000136/2017-83 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de

2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa-SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 19/2017, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de **SECRETÁRIA BILÍNGUE, MOTORISTA e ASSISTENTE ADMINISTRATIVO** que serão prestados nas condições estabelecidas no Projeto Básico, da Dispensa de Licitação nº 19/2017, composto dos itens:

quarta-feira, 7 de junho de 2017 15:50

ITEM	DESCRIÇÃO ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE DE POSTOS	CARGA HORÁRIA	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR GLOBAL (06 MESES)
1	Serviço de Secretária Executiva Bílingue de 44 hs semanais	1	44 HORAS SEMANAIS	R\$ 10.748,17	R\$ 64.489,02
2	Serviço de Motorista	3	44 HORAS SEMANAIS	R\$ 17.355,30	R\$ 104.131,80
3	Serviço de Assistente Administrativo	3	44 HORAS SEMANAIS	R\$ 22.320,00	R\$ 133.920,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

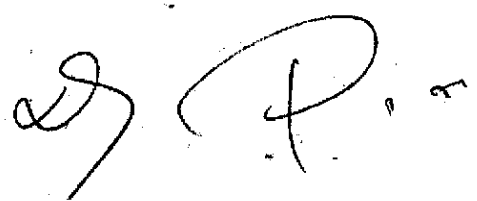
2.1. O prazo de vigência deste Contrato será de até 180 (cento e oitenta) dias, concluindo-se em 7 de dezembro de 2017, ou até que se conclua a nova licitação.

2.2. Na hipótese de rescisão antecipada por homologação final do pregão em curso, a CONTRATADA não terá direito a quaisquer verbas indenizatórias.

2.2.1. Na hipótese em apreço, a CONTRATANTE dará ciência a CONTRATADA para finalização do contrato em até 10 dias.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 50.423,47 (cinquenta mil quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e sete centavos), perfazendo o valor total de R\$ 302.540,82 (trezentos e dois mil quinhentos e quarenta reais e oitenta e dois centavos).



3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. A CONTRATADA deverá remunerar os profissionais alocados de acordo com o salário (remuneração) indicado na Planilha de Custos e Formação de Preços apresentada, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Projeto Básico e neste Contrato.

3.4. Os valores estimados da despesa para o exercício de 2017 são:

- R\$ 302.540,82 (trezentos e dois mil, quinhentos e quarenta reais e oitenta e dois centavos).

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2017, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/240031

Fonte: 0100000000

Programa de Trabalho: 090466

Elemento de Despesa: 339039-79

Nº do Empenho: NE800089

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado mensalmente mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA no prazo disposto no projeto básico.

5.2. O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no Acordo de Nível de Serviço – ANS (Anexo II), o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamentos.

Parágrafo primeiro - A CONTRATADA deverá apresentar planilhas com as ocorrências de faltas e férias dos empregados alocados e não substituídos e dos postos de trabalho não ocupados referentes ao mês anterior e ao mês de faturamento

Parágrafo segundo - O CONTRATANTE reserva-se o direito de somente efetuar o pagamento integral dos serviços prestados após a comprovação do pagamento dos correspondentes salários, auxílio-alimentação, vale-transporte, FGTS, bem como dos respectivos encargos sociais decorrentes da relação de emprego firmado com os

empregados alocados nos postos de trabalho:

Parágrafo terceiro – A comprovação de que trata o parágrafo anterior será verificada mediante documentos oficiais, individualizados e identificados, correspondentes ao mês do adimplemento da obrigação ou excepcionalmente do mês anterior, quando ainda não vencidas as referidas contribuições.

Parágrafo quarto – Em caso da não apresentação da documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a Contratante comunicará o fato a Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

Parágrafo quinto – Na hipótese prevista no Parágrafo anterior, e em não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de 15 (quinze) dias, a Contratante, desde que haja condições operacionais a tanto (dependentes ou não de atuação da Contratada), poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da Contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sendo certo, que tais pagamentos, caso ocorram, não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a Contratante e os empregados da Contratada.

Parágrafo sexto – Em caso de CCT da categoria dos ocupantes dos postos de trabalho ou outro instrumento semelhante que obrigue a CONTRATADA a reajustar salários e/ou direitos de seus empregados, o CONTRATANTE reserva-se o direito de apenas pagar fatura em que sejam comprovados os pagamentos já reajustados. De forma alguma a previsão de reatuação deste contrato servirá como justificativa para não quitação das obrigações trabalhistas na forma da lei.

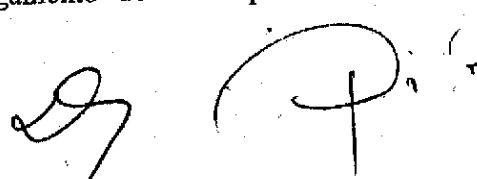
Parágrafo sétimo – No caso de falta de empregado em qualquer posto de trabalho e não suprido por outro empregado, será descontado do faturamento mensal o valor correspondente ao número de hora não trabalhadas nos respectivos postos.

Parágrafo oitavo : O percentual de encargos sociais não contempla o componente de custo relativo ao aviso prévio trabalhado de término e de vigência do contrato. O CONTRATANTE somente indenizará a CONTRATADA por ocasião do último pagamento, caso não a comunique quando à prorrogação do contrato, por prazo de 45 dias antes de seu término, e mediante a comprovação do desembolso.

Parágrafo nono – O valor do aviso prévio, no término da vigência deste contrato, corresponderá a 7 (sete) dias não trabalhados, o que será representado pelo percentual de 23,33% ($7/30 \times 100$) a ser aplicado sobre a remuneração do empregado alocado no respectivo posto de trabalho, observada a legislação trabalhista. Sobre esse valor incidirá o percentual dos demais componentes e tributos.

Parágrafo décimo – O valor do aviso prévio referido no parágrafo anterior poderá sofrer alterações em função da aplicabilidade da Lei 12.506, de 11 de outubro de 2011, que estabeleceu a proporcionalidade do aviso prévio em função do tempo de serviço prestado na mesma empresa.

Parágrafo décimo primeiro – Para efeitos de pagamento do aviso prévio, será



observado o período de vigência deste contrato.

Parágrafo décimo segundo - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

Parágrafo décimo terceiro - A CONTRATADA não poderá apresentar nota fiscal com número de CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo deste contrato.

5.3. As demais condições de pagamento encontram-se definidos no Projeto Básico.

6. CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO

6.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada na Subcláusula que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008 e Portaria 409 de 21/12/2016 - MPDG.

6.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo à cada categoria profissional abrangida pelo contrato

6.3.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

6.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

6.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

6.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

6.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

6.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

6.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

6.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

6.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

6.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

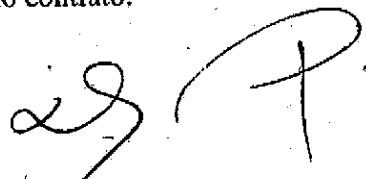
6.8.1 A inércia da CONTRATADA em ressaltar o seu direito ou em solicitar a repactuação, no prazo estipulado, implicará a preclusão do direito à repactuação e ao respectivo recebimento dos valores retroativos a que eventualmente faria jus.

6.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

6.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

6.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

6.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.



6.13. No caso de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e de vigilância, os valores de contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação serão iguais ou inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MP.

6.13.1. Neste caso, se os valores resultarem superiores aos fixados pela SLTI/MP, caberá negociação objetivando a redução de preços de modo a viabilizar economicamente as prorrogações de contrato.

6.14. Quando a repactuação ou o reajuste em sentido estrito se referir aos demais custos (insumos e materiais envolvidos na contratação), a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

6.14.1. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

6.14.2. as particularidades do contrato em vigência;

6.14.3. a nova planilha com variação dos custos apresentados;

6.14.4. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

6.14.6. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

6.15. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

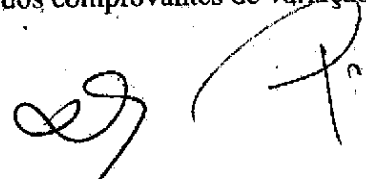
6.15.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

6.15.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

6.15.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.16. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.17. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação



dos custos.

6.18. O prazo referido na Subcláusula anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

6.19. As repactuações poderão serem formalizadas por meio de apostilamento.

6.20. Os requerimentos devem ser encaminhados ao Setor de Administração do Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores, localizado na Rua Estados Unidos, 1342, Jardim América, São Paulo (SP), CEP 01427-001, e-mail administ.eresp@itamaraty.gov.br.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A Contratada, no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante, contado da assinatura do contrato, prestará garantia para inclusive obrigações de natureza trabalhista, previdenciária e para com o FGTS, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do total do Contrato, limitado ao equivalente a dois meses do custo da folha de pagamento dos empregados que venham a participar da execução dos serviços contratados.

7.2. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor da CONTRATANTE.

7.3. Em se tratando de títulos da dívida pública, estes deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

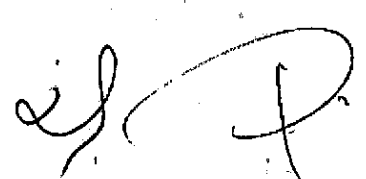
7.4. A modalidade seguro garantia deverá ser contratada no ramo seguro – Setor Público e somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nas Subcláusulas e nos subitens deste Contrato.

7.5. No caso de fiança bancária, o respectivo instrumento deverá ser expedido exclusivamente por instituições autorizadas e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil e deverá conter disposições expressas de garantia dos eventos, indicados nas Subcláusulas e nos subitens deste Contrato.

7.6. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, terá validade do início da execução dos serviços até 03 (três) meses após o término da vigência contratual e assegurará o pagamento de:

7.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

7.6.2. prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;



7.6.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;

7.6.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza não adimplidas pela CONTRATADA.

7.7. A garantia prestada deverá ser complementada em, no máximo, 10 (dez) dias úteis contados da notificação feita pela CONTRATANTE, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores.

7.8. A garantia, quando apresentada em desacordo com os requisitos e coberturas exigidos neste Instrumento, será devolvida à CONTRATADA, que disporá do prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis para a regularização da pendência.

7.9. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

7.10. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do artigo 78 da Lei nº 8666/93.

7.11. A garantia poderá ser executada nas hipóteses elencadas na Subcláusula 7.6.

7.12. A garantia somente será liberada após o recebimento definitivo do objeto.

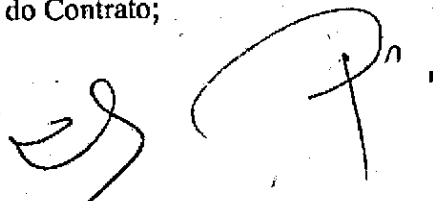
7.13. A CONTRATANTE reterá a garantia prestada até que a CONTRATADA comprove que efetuou o pagamento de todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação ou que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho, podendo utilizá-la para o pagamento direto aos empregados, no caso de a CONTRATADA não efetuar os pagamentos em até 02 (dois) meses após o encerramento da vigência contratual, nos termos do inciso IV do artigo 19-A e artigo 35 da Instrução Normativa nº 02/2008-SLTI/MPOG.

7.14. A perda da garantia em favor da CONTRATANTE, por inadimplemento das obrigações contratuais, dar-se-á independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Instrumento.

7.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

7.16. A garantia será considerada extinta:

a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Contrato;



b) no prazo de 03 (três) meses após o término da vigência do Contrato, caso a CONTRATANTE não comunique a ocorrência de descumprimento de obrigação contratual coberta pela garantia.

b.1) A comunicação do descumprimento de obrigação contratual será feita pela CONTRATANTE ao GARANTIDOR e à CONTRATADA.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Projeto Básico.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Projeto Básico.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

10.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. fraudar na execução do contrato;

10.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. cometer fraude fiscal; e

10.1.6. não mantiver a proposta.

10.2. Na aplicação das sanções devem ser consideradas as seguintes circunstâncias:

10.2.1. a natureza e a gravidade da infração contratual;

10.2.2. os danos que o cometimento da infração ocasionar ao serviço e aos usuários;

10.2.3. a vantagem auferida em virtude da infração;

10.2.4. as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes; e

10.2.5. os antecedentes da CONTRATADA.

10.3 Sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 2002, o cometimento de falta grave, pode ensejar a aplicação de sanção pecuniária no percentual de até 10% do valor total atualizado do contrato, podendo também ensejar a rescisão unilateral da avença. Para os fins de aplicação desta Subcláusula, considera-se falta grave:

10.3.1. não promover o recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e relativas ao FGTS exigíveis até o momento da apresentação da fatura;

10.3.2. deixar de realizar pagamento do salário e demais verbas trabalhistas, tais como, o vale-transporte e o auxílio alimentação no dia fixado.

10.4. Sem prejuízo da aplicação da sanção pecuniária pelo cometimento de falta grave, bem como da respectiva responsabilidade civil e criminal, a Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas na Subcláusula 10.1, por circunstâncias que lhe sejam imputáveis, ficará sujeita, às seguintes sanções, garantida a prévia defesa, em conformidade com os artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e alterações ou artigo 7º da Lei nº 10.520/02:

10.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

10.4.2. 0,3% (três décimos por cento) do valor atualizado da parcela inadimplida ao dia, em caso de atraso no cumprimento da obrigação ou prestação do serviço superior a 15 (quinze) dias, limitada a 7,5% (sete e meio por cento), ou seja, 25 (vinte e cinco) dias.

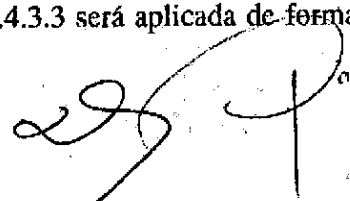
10.4.3. multa compensatória de:

10.4.3.1. 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do contrato ou da parcela inadimplida na hipótese de atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias, hipótese em que a Administração poderá aceitar ou rejeitar o serviço e, nesta última hipótese, formalizar a rescisão unilateral do contrato;

10.4.3.2. 10% (dez por cento), sobre o valor atualizado do contrato ou da parcela inadimplida, por ocorrência de descumprimento de outras obrigações não previstas nas Subcláusulas anteriores, e que descumpra quaisquer dos itens do Projeto Básico e seus anexos;

10.4.3.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do contrato ou da parcela inadimplida, em caso de descumprimento total da obrigação assumida.

10.4.3.4. em caso de inexecução parcial, as multas compensatórias, no mesmo percentual dos subcláusulas 10.4.3.1 a 10.4.3.3 será aplicada de forma



proporcional à obrigação inadimplida.

10.4.4. suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo que a mesma fixar e que será arbitrado de acordo com a natureza e a gravidade da falta, respeitado o limite de 02 (dois) anos, sem prejuízo da aplicação das multas;

10.4.5. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

10.4.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no Subcláusula acima.

10.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

10.5.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.5.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da dispensa de licitação; e

10.5.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.6. Na hipótese de apuração do descumprimento contratual previsto nas Subcláusulas 10.4.1 a 10.5.3 pela CONTRATADA, após o regular procedimento de apuração de falta contratual, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999, o valor da multa aplicada será:

10.6.1. retido dos pagamentos devidos pela Administração.

10.6.2. pago por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU ou equivalente.

10.6.3. descontado do valor da garantia prestada quando houver, ou

10.6.4. cobrado judicialmente.

10.7. Em caso de reincidência a sanção de multa descritas nos Subcláusulas 10.4.3 e 10.4.4 poderá ser aumentada em até 1/3 (um terço).

10.8. As multas (moratória e compensatória) serão independentes e, a critério do CONTRATANTE, cumulativas.

10.9. Se o descumprimento consistir na perda das condições de habilitação, a Administração concederá o prazo de 30 (trinta) dias para a CONTRATADA regularizar a sua situação, sem cominação de penalidade para o período. Não regularizada a

situação dentro do prazo acima, a CONTRATADA estará sujeita a incidência das multas e penalidades previstas acima, sem prejuízo de eventual rescisão contratual.

10.10. A partir da decisão que aplicar a sanção de multa, sempre respeitados o contraditório e ampla defesa, será emitida GRU ou documento equivalente para recolhimento em até 5 (cinco) dias úteis.

10.11. Os valores das multas não recolhidas tempestivamente serão atualizados pelo IGPM/FGV a partir do vencimento da GRU ou equivalente.

10.12. "Ad cautelam", o CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.

10.13. As penalidades aplicadas à CONTRATADA, após regular procedimento de apuração de falta, serão registradas no SICAF.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXECUÇÃO E DO INÍCIO DOS SERVIÇOS

11.1. Os serviços objeto da presente contratação deverão ser executados em conformidade com as disposições expressas no Projeto Básico e seus anexos, independentemente de qualquer transcrição.

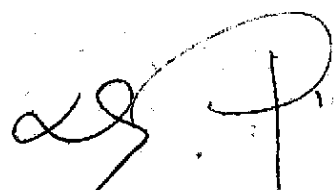
11.2. A Ordem de Serviço será expedida pela CONTRATANTE, após a assinatura deste contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

12.1. Observadas as condições dispostas no Projeto Básico, o faturamento será efetuado mensalmente, a partir do 1º dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços, devendo o documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura e etc.) ser emitido em nome da Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores em São Paulo - ERESP, situada à Rua Estados Unidos 1342, Jardim América, São Paulo-SP, CEP 01427-001, CNPJ 02.961.536/0001-07.

12.2. Na entrega do documento de cobrança será confirmada a regularidade fiscal e trabalhista mediante consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais referentes à documentação relacionada no Edital.

12.3 O documento de cobrança deverá ser emitido com o mesmo número de CNPJ constante da documentação apresentada para a Proposta Comercial, o qual serviu de base para a emissão da Nota de Empenho.



12.4 Na hipótese de divergência entre o CNPJ do documento de cobrança e o constante na Nota de Empenho, decorrente da necessidade de alteração do estabelecimento comercial emitente do documento de cobrança durante a execução do Contrato, a matriz ou filial, conforme o caso, deverá apresentar, previamente à emissão do documento de cobrança, declaração justificando este procedimento e, ao mesmo tempo, apresentando os comprovantes de regularidade previstos no inciso III do art. 29, da Lei nº 8.666/93, relativos ao estabelecimento comercial emitente do documento de cobrança;

12.5 A justificativa, prevista na Subcláusula anterior, para a alteração do estabelecimento comercial emitente do documento de cobrança, se aceita pela CONTRATANTE, após a análise jurídica, implicará em adequação do Contrato, através de Termo de Aditamento Contratual, para inclusão do estabelecimento em questão e de seu respectivo CNPJ, bem como para modificação do favorecido dos recursos orçamentários correspondentes;

12.6 No caso de alteração, nos termos da Subcláusula anterior, a CONTRATADA deverá apresentar os dados bancários relativos ao CNPJ do estabelecimento responsável pela emissão do documento de cobrança, para que o pagamento possa ser efetuado por meio de ordem bancária.

12.7. No valor total do documento de cobrança deverão estar inclusos todos os tributos incidentes sobre os produtos ou serviços, conforme legislação tributária aplicável.

12.8. Se a CONTRATADA sofrer qualquer uma das retenções dos tributos elencados: Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição para o PIS/PASEP (IN RFB nº 1.234, de 11/01/2012), Contribuição à Previdência Social (art. 126, da IN RFB nº 971, de 13/11/2009) e ISSQN, de acordo com as legislações municipais, deverá efetuar o destaque nos documentos de cobrança.

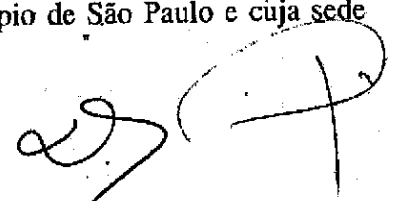
12.9. Após o "atesto", o documento de cobrança será encaminhado ao Setor Financeiro que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apropriação do valor correspondente, ou seja, proceder a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 63, da Lei nº 4.320/64, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1. Na ocasião do pagamento, observadas as condições específicas da CONTRATADA, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei nº 9.430/1996, Lei nº 8.212/1991 e regulamentações; e Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, combinada com a correspondente Lei Municipal do local de prestação dos serviços, em cotejo com a Lei Municipal do estabelecimento sede da empresa.

13.2. Se a CONTRATADA gozar de tratamento diferenciado em virtude de Lei, seja na forma de benefícios ou de isenções, deverá obrigatoriamente apresentar a comprovação definida no dispositivo legal ou regulamentar que lhe garantiu o direito, sob pena de retenção de tributos na fonte.

13.3. A CONTRATADA que prestar serviços no município de São Paulo e cuja sede



estiver localizada em outro município, deverá providenciar inscrição no cadastro da Secretaria de Finanças do Município de São Paulo, nos termos do art. 9º - A da Lei nº 13.701, de 24/12/2003, acrescido pela Lei nº 14.042, de 30/08/2005, com a redação da Lei nº 14.256, de 29/12/2006; art. 146 do Decreto nº 49.704/2008 e Portaria SF nº 101/2005 e alterações posteriores, e Portaria SF nº 118/2005. Caso contrário, estará sujeita à retenção de ISSQN sobre o valor da nota fiscal, para o Município de São Paulo, conforme a legislação mencionada.

13.4. Nos casos em que o serviço for prestado nos outros municípios do Estado de São Paulo, a CONTRATADA deverá verificar se a legislação do local da prestação dos serviços impõe condição semelhante para as empresas sediadas em outros municípios para, se for o caso, proceder à inscrição respectiva, sob pena de ocorrer retenção de ISSQN, na fonte, quando a legislação do local da prestação dos serviços assim o determinar.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO DA CONTRATANTE

14.1. A CONTRATANTE fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente Contrato.

14.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

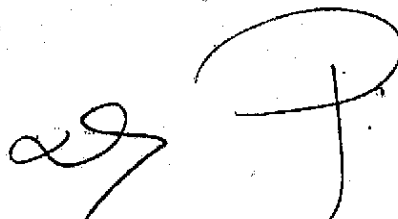
14.2. O gerenciamento deste Contrato será exercido pela CONTRATANTE, sendo a fiscalização realizada pelo (s) servidor (es) ou seu (s) substituto (s) especialmente designado(s) pela autoridade competente, mediante Portaria, em conformidade com o disposto no artigo 67, da Lei nº 8.666/1993, e artigo 31 da IN MPOG nº 02/2008.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

15.1. O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará à CONTRATANTE, nos termos da Seção V, do Capítulo III, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de Ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

15.2. O presente Contrato Emergencial poderá ainda ser rescindido, sem qualquer ônus, por interesse público, mediante notificação com prazo de 10 dias, através de Ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova.

15.3. Sempre que ocorrerem as hipóteses de rescisão contratual será assegurado o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, em conformidade com art. 78 da Lei nº 8666/1993 e suas alterações.



16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – VEDAÇÕES

16.1. É vedado à CONTRATADA:

16.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

16.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DAS COMUNICAÇÕES

17.1. Eventuais correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste Contrato e o assunto específico da correspondência.

17.2. As comunicações feitas à CONTRATANTE deverão ser endereçadas ao Setor de Administração, telefones (011) 5102-2526, endereços eletrônicos: administ.ersp@itamaraty.gov.br e ersp@itamaraty.gov.br

17.3. As comunicações feitas pela CONTRATANTE em decorrência desta contratação ou de eventuais processos administrativos a ela inerentes, inclusive as relativas ao informe de rendimentos anual (conforme previsão contida no artigo 37 da IN RFB nº 1234/2012, em se tratando de pessoa jurídica, e no § 3º, do artigo 3º da IN RFB nº 1251/2011, no caso de pessoa física), serão realizadas em regra por via eletrônica, no correio eletrônico monica.sandalo@bkconsultoria.com.br., conforme informado na proposta comercial, devendo a CONTRATADA mantê-lo atualizado.

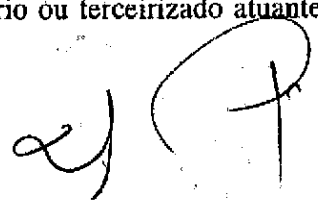
17.3.1. À CONTRATADA caberá confirmar o recebimento da correspondência eletrônica, no prazo de 1 (um) dia útil, contado de seu envio pela CONTRATANTE.

17.3.2. Na hipótese de ausência de confirmação do recebimento da correspondência eletrônica no prazo acima estipulado, considerar-se-á como realizada e recebida a comunicação pela CONTRATADA.

17.3.3. Nos prazos para apresentação de defesa prévia e recurso, a Seção responsável pela intimação da CONTRATADA, franqueará independentemente de pedido expresso, acesso ao “SEI – Sistema Eletrônico de Informações” ao representante legal da CONTRATADA cujos dados foram cadastrados no ato da assinatura deste Contrato.

17.3.4. Quando estritamente necessário, as comunicações e/ou intimações serão enviadas por via postal à empresa BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA., situada na Rua/Avenida Ipiranga, nº 104, Sobreloja, Bairro República, São Paulo/SP., CEP 01046-010, telefone (11) 3154-1818, fax (11) 3154-1823.

17.3.5. No caso de intimação para defesa e/ou recurso enviada por via postal e tratando-se de endereço localizado em edifício comercial, a CONTRATADA está ciente que a intimação será entregue na portaria e que o prazo para resposta será contado a partir do recebimento por funcionário próprio ou terceirizado atuante



na referida portaria.

17.3.6. A defesa e o recurso deverão ser encaminhados, preferencialmente, por meio eletrônico, para o endereço: observando-se que o tamanho máximo, por documento, é de até 10MB.

17.4. Eventuais mudanças de endereços deverão ser comunicadas por escrito.

18. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993

18.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19. CLÁUSULA VIGESIMA – DOS CASOS OMISSOS

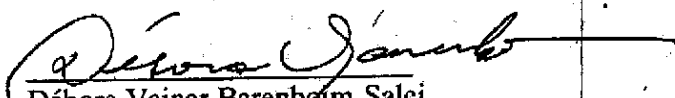
19.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

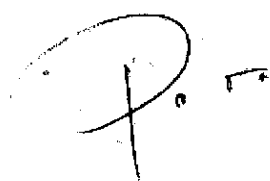
20. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

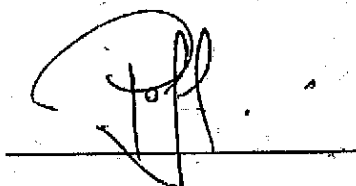
20.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de São Paulo - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

São Paulo, 09 de junho de 2017.


Débora Vainer Barenboim-Salej
Embaixadora, Chefe do ERESP

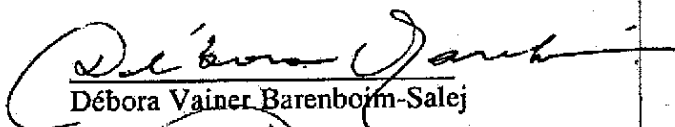




Pierre Rafiki Orfali
Sócio Diretor da BK Consultoria

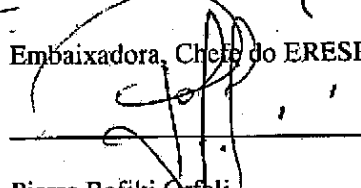
Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

São Paulo, 09 de junho de 2017.





Débora Vainer Barenboim-Salej

Embaixadora, Chefe do ERESP



Pierre Rafiki Orfali
Sócio Diretor da BK Consultoria

 INCRA	<p style="text-align: center;">SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SÃO PAULO-SR(08) DIVISÃO ADMINISTRATIVA-SR(08)A SR(08)A2</p>	
--	---	---

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 00.375.972/0010-51, no uso de suas atribuições ATESTA que a EMPRESA BK CONSULTORIA E SERVICOS LTDA - CNPJ 03.022.122/0001-77, localizada à Av. Ipiranga 104 - Sobreloja - Bairro República - São Paulo-SP - CEP 01046-010 - Tel. (11) 3154 1818 prestou serviços continuados de apoio administrativo e atividades auxiliares para a Superintendência Regional do INCRA no Estado de São Paulo - CNPJ 00.375.972/0010-51, localizada na Rua Doutor Brasilio Machado, 203 - Bairro de Santa Cecília - São Paulo - SP, de acordo com os termos do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2010 - PROCESSO 54190.000759/2010-10 - CONTRATO/CRT/SP/00020/2010 - Vigência 01.09.2010 a 01.09.2016 - Contratada: EMPRESA BK CONSULTORIA E SERVICOS LTDA - CNPJ 03.022.122/0001-77, contratada pelo valor total anual inicial de R\$ 717.908,0000 (setecentos e dezessete mil novecentos e oito reais).

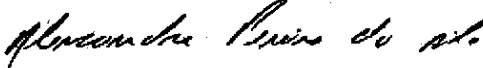
Itens do grupo:

- *1 - Prestação de Serviços de Apoio Administrativo = 10
- *2 - Prestação de Serviços de Motorista = 3
- *3 - Informática - Digitação Documento = 4
- *4 - Secretária = 7

Os serviços foram executados e entregues de acordo com o contratado.

Atesto, finalmente que a empresa em epígrafe, cumpriu todas as disposições contratuais nada constando em nossos registros que a desabone até a presente data.

São Paulo/SP, 22 de setembro de 2016


ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA
 Superintendente Regional
 INCRA/SP



Ministério da Ciência e Tecnologia
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

Ministério da
Ciência e Tecnologia



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.022.122/0001-77, estabelecida em São Paulo, à Rua Antonio Carlos, nº 582, sala 1B, bairro Cerqueira César, firmou contrato com este Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais em 31/08/2005, sob o nº 01.06.077.0/2005, cujo início se deu aos 01/09/2005 e término em 15/10/2007. A empresa prestou os serviços de forma satisfatória, apresentando bom desempenho em relação à capacidade técnica e cumprimento das cláusulas contratuais, executando as atividades abaixo descritas:

- Prestação de serviços de administração e apoio administrativo à Secretaria do Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e o Caribe - CRECTEALC, disponibilizando equipe de 05 (cinco) profissionais para o desempenho das atividades administrativas do Centro.

São José dos Campos, 25 de fevereiro de 2008.



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO
DE SÃO PAULO - CRA-SP

Registramos o presente atestado (RCA) sob o nº 214/2008 em 05/03/08, cuja validade obriga apresentação de Certidão.

Sob a assinatura de
Sócio Diretor

QC
Gilberto Câmara
Diretor do INPE

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO

Registramos o presente atestado, com base nos documentos e não
postulamos, através do RCA nº 214/2008
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO, em
São Paulo, em 05/03/08.

P1
BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.
Pierre Nafiz Ostali
CRA - SP 11360
Sócio Diretor



805.005

**EDITAL DE PREGÃO Nº 536 / 2005 - SJC****ANEXO IV****TERMO DE REFERÊNCIA****PREGÃO nº 536/2005-SJC****FUNCIONAMENTO DO CENTRO REGIONAL DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA E
TECNOLOGIA ESPACIAIS PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE****CRECTEALC****OBJETO**

Contratação de empresa para prestação de serviços de administração e apoio administrativo à Secretaria do Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e o Caribe -CRECTEALC, localizado na sede do INPE, em São José dos Campos, SP.

CARACTERIZAÇÃO

Em 11 de Março de 1997 os governos do Brasil e do México assinaram o "Acordo para o Estabelecimento do Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e o Caribe entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos". Este acordo foi ratificado pelo Governo Mexicano em 29 de Abril de 1997 e pelo Congresso Brasileiro em 12 de Dezembro de 1997. Neste Acordo o Ministério da Ciência e Tecnologia representa o Governo Brasileiro e o INPE foi designado pelo MCT como órgão Executor.

A Secretaria Geral do CRECTEALC está instalada no prédio do Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais, localizado na sede do INPE, em São José dos Campos – SP. Os funcionários gestores e de apoio administrativo da Secretaria Geral do CRECTEALC são terceirizados e, conforme o artigo VII do Acordo Internacional supra citado, o país anfitrião é responsável pelo fornecimento do pessoal. Desta forma, para garantir a continuidade do funcionamento da Secretaria Geral do CRECTEALC, conforme o estabelecido no anexo A do Acordo Sede, é necessária a contratação do quadro funcional descrito abaixo.



EDITAL DE PREGÃO Nº 536 / 2005 - SJC

O Secretário Geral do CRECTEALC é designado pelo Conselho Diretor, conforme cláusula 3 do artigo VII do Acordo Internacional, não podendo ser contratado livremente no mercado e, por força de lei, deverá manter minimamente sua remuneração atual. Para o período de 15 de outubro de 2003 a 15 de outubro de 2007 o Conselho Diretor do CRECTEALC designou o Dr. José Marques da Costa para Secretário Geral do CRECTEALC, que vêm exercendo esse cargo com um salário bruto atual de R\$ 6.015,77.

Os demais funcionários de apoio administrativo deverão ser indicados pela empresa contratante.

PROPOSTA

A proposta da empresa deverá conter, no mínimo, o seguinte:

Preço global para execução completa dos serviços, expresso em reais, em algarismos e por extenso, conforme modelo anexo 1.

Deverá ser acompanhada de planilha de preços detalhado, discriminando a quantidade de pessoas, valores unitários e totais das despesas e encargos incidentes sobre o salário de cada profissional, conforme modelo anexo II e III.

Prazo de validade de 60 (sessenta) dias, no mínimo, a contar da data estabelecida para abertura da proposta.

EQUIPE DE PROFISSIONAIS, SALÁRIOS e BENEFÍCIOS

A proposta da empresa deverá conter profissionais para todos os cargos, respeitando-se quantidade e teto salarial para cada cargo, conforme definido no quadro abaixo:

Item	Cargo ou função	Qtde.	Teto salarial Individual (R\$)
1	Secretário Geral	01	6.365,00
2	Secretária Executiva Bilingue	01	3.898,00
3	Analista Administrativo	01	2.716,00
4	Assistente Administrativo	02	1.629,00



EDITAL DE PREGÃO Nº 536 / 2005 - SJC

Os Cargos ou Funções descritos no quadro acima foram renomeados, com relação aos descritos no anexo A do Acordo Sede, para atender a denominação mais adequada e os salários referência foram baseados na Tabela de Remuneração de Cargos Efetivos do INPE.

A proposta da empresa deverá conter todas as despesas decorrentes da execução dos serviços em relação aos seus empregados, tais como: salários, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vale – transporte, dentre outros.

A contratada deverá apresentar, antes do início de suas atividades, os currículos dos profissionais que serão alocados para execução dos trabalhos, observando as exigências estabelecidas neste projeto básico.

HORÁRIO DE TRABALHO

Os trabalhos dos profissionais deverão ser realizados nas dependências desse Instituto, de segunda a sexta-feira, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 as 17:30 horas, excluídos os feriados nacionais e locais de São José dos Campos, tendo, cada profissional, a carga horária de 8:00 horas diárias e 40:00 horas semanais.

DURAÇÃO

Duração da prestação de serviços no período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado até 15 de outubro de 2007.

PERFIL DOS PROFISSIONAIS

Secretário Geral

Requisitos Mínimos:

- Experiência 12 (doze) anos em cargo de diretoria administrativa, nas áreas de ensino de pós-graduação e gerenciamento de pesquisa.
- Domínio total do idioma português, espanhol e inglês.
- Formação acadêmica: Doutorado.

Esse profissional será o Secretário-Geral, responsável técnico-administrativo pelo CRECTEALC, e terá como principais atribuições:

EDITAL DE PREGÃO Nº 536 / 2005 - SJC

- supervisionar e coordenar as atividades administrativas do Centro Regional, elaborando, aplicando e acompanhando normas e procedimentos, identificando necessidades, avaliando os trabalhos desenvolvidos, participando de negociações, visando a consecução de objetivos.
- responder, em nome do Centro, por assuntos inerentes à cooperação técnico-científica nacional e internacional, mantendo contatos com visitantes, agências espaciais, institutos de pesquisas, universidades no País e no exterior;
- representar o Centro em assuntos de cooperação técnico-científica nacional e internacional, participando e atuando como interface nas reuniões com órgãos oficiais, visando discutir pautas de interesse;
- preparar documentação e correspondências de cooperação técnico-científica nacional e internacional, compilando dados, elaborando relatórios de atividades, inteirando-se dos assuntos tratados, contatando pessoas envolvidas, coletando informações, observando padrões de forma e estilo, objetivando atender necessidades;
- propor alternativas para o andamento e viabilização de programas e projetos, controlando e comparando o planejado e o realizado, visando atender as necessidades do Centro;
- apresentar sugestões de atuação dos países em cooperação, mantendo dados atualizados sobre usos, costumes e estágio científico-tecnológico, objetivando informação a interessados;

Secretária Executiva Bilingue

Requisitos Mínimos:

- 11 (onze) anos de experiência

- Conhecimentos de Informática em Word, Excel, PowerPoint, Access, Internet
- Domínio total do idioma português, espanhol e inglês.
- Formação: Nível Superior

Essa profissional será a Secretária do CRECTEALC, e terá como principais atribuições:

- organizar as atividades da secretaria, estabelecendo prioridades, distribuindo tarefas e transmitindo informações, para assegurar o desenvolvimento normal das atividades;

EDITAL DE PREGÃO Nº 536 / 2005 - SJC

- interagir com órgãos governamentais nacional e internacional;
- gerenciar eventos nacionais e internacionais.
- organizar a agenda do Secretário Geral, dispondo datas e horários de entrevistas, reuniões, viagens e outros compromissos, fazendo as anotações pertinentes, para facilitar o cumprimento de suas obrigações;
- acompanhar assuntos tratados pelo Secretário Geral, mantendo contatos e verificando pendências, para tomar as providências cabíveis;
- classificar correspondências diárias, verificando seu conteúdo, para providenciar a distribuição aos interessados;
- Tomar providências relativas a viagem do Secretário Geral, tais como solicitação de viaturas, diárias, reservas de vôos, hotel e passagens, bem como as devidas prestações de contas, observando procedimentos, prazos, datas e horários.
- controlar documentos recebidos e expedidos, efetuando registros em livros apropriados, fichas, formulários e/ou microcomputador, certificando-se da exatidão dos dados, para possibilitar a organização do arquivo;
- atender e efetuar ligações telefônicas nacionais e internacionais, transferindo-as, anotando recados e transmitindo às pessoas interessadas, visando cumprir as necessidades da área;
- recepcionar visitantes, tomando ciência dos assuntos a serem tratados, para encaminhá-los aos devidos locais e/ou às pessoas interessadas;
- redigir e revisar cartas, memorandos, ofícios, atas e outros documentos, observando padrões de forma e estilo, para cumprir rotinas administrativas;
- traduzir cartas, memorandos, ofícios e outros documentos, transpondo-os de um idioma para outro, para possibilitar sua leitura e compreensão;
- redigir cartas, memorandos, ofícios, fax, relatórios, tabelas e outros documentos de caráter urgente e confidencial, obedecendo formas e padrões estabelecidos, para atender expediente administrativo;
- zelar pela organização do arquivo de documentos, estabelecendo critérios de classificação e guarda, para conservá-los e possibilitar a sua localização;

EDITAL DE PREGÃO Nº 536 / 2005 - SJC

- secretariar reuniões, providenciando a documentação necessária, convocando os participantes, transcrevendo em atas ou relatórios os assuntos tratados, para assessorar o Secretário Geral;
- executar outras tarefas correlatas.

Analista Administrativo

Requisitos Mínimos:

- 02 (dois) anos de experiência

- Conhecimentos de Informática em Word, Excel, PowerPoint, Access, Internet
- Domínio do idioma português, espanhol e inglês
- Formação: -Nível Superior completo

Esse profissional será o responsável pela execução e acompanhamento das atividades técnico-administrativas da Secretaria Geral e suas relações com o Campus Brasil do CRECTEALC, e terá como principais atribuições:

- organizar as atividades técnico-administrativas, estabelecendo prioridades, distribuindo tarefas e transmitindo informações, para assegurar a realização das mesmas;
- atender os alunos do CRECTEAL - Campus Brasil;
- organizar a agenda de eventos, dispondo datas e horários de entrevistas, reuniões, viagens e outros compromissos, fazendo as anotações pertinentes, para facilitar o cumprimento de suas obrigações;
- acompanhar os trabalhos técnico-administrativos, mantendo contatos e verificando pendências, para tomar as providências cabíveis;
- acionar as providências relativas a viagem, tais como solicitação de viaturas, diárias, reservas de vôos, hotel e passagens, bem como as devidas prestações de contas, observando procedimentos, prazos, datas e horários, para atender as necessidades dos trabalhos;

**EDITAL DE PREGÃO Nº 536 / 2005 - SJC**

- controlar documentos recebidos e expedidos, observando registros efetuados em livros apropriados, fichas, formulários e/ou microcomputador, certificando-se da exatidão dos dados, para possibilitar a organização do arquivo;
- atender e efetuar ligações telefônicas nacionais e internacionais, transferindo-as, anotando recados e transmitindo às pessoas interessadas, visando cumprir as necessidades da área;
- recepcionar visitantes e empregados, tomando ciência dos assuntos a serem tratados, para encaminhá-los aos devidos locais e/ou às pessoas interessadas;
- emitir cartas, memorandos, ofícios, fax, relatórios, tabelas e outros documentos, obedecendo formas e padrões estabelecidos, para atender expediente administrativo;
- organizar arquivos de documentos, estabelecendo critérios de classificação e guarda, para conservá-los e possibilitar a sua localização;
- auxiliar na preparação de reuniões, providenciando a documentação necessária, convocando os participantes, transcrevendo em atas ou relatórios os assuntos tratados, para assessorar a chefia;
- acompanhamento de eventos nacionais e internacionais;
- executar outras tarefas correlatas.

Assistente Administrativo**2 (dois) cargos ou funções com as seguintes características:****Requisitos Mínimos:**

- 02 (dois) anos de experiência em rotinas administrativas.

- Formação: nível médio completo em administração, contabilidade, secretariado, magistério ou outros cursos técnicos de conhecimentos específicos ao cargo.

Principais atribuições:

- efetuar trabalhos técnico-administrativos visando operacionalizar os serviços prestados pelo CRECTEALC;
- acompanhar o andamento de atividades, programas e/ou projetos de cooperação nacional e internacional, seguindo sistemática apropriada, proporcionando apoio no desenvolvimento e na realização de atividades, tais como eventos, viagens, convênios e outros, para informação e controle;



EDITAL DE PREGÃO Nº 536 / 2005 - SJC

- acompanhar e controlar o desenvolvimento de atividades técnico-administrativas, efetuando estudos e estatísticas para subsidiar o planejamento de atividades e serviços disponibilizados pelo CRECTEALC;
- efetuar tarefas de natureza administrativa, orientando-se por normas e procedimentos específicos, objetivando seu cumprimento;
- Atender ao público e prestar assistência em eventos e cursos;
- executar outras tarefas correlatas.

OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

A contratada obrigará-se-á:

- 1) *Apresentar, antes do início das atividades, os profissionais para compor a equipe que executará os serviços contratados, os quais devem ser detentores dos pré-requisitos mínimos, experiência e qualificação exigidos nesse projeto.*
- 2) *Responder por quaisquer danos causados direta ou indiretamente ao INPE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, ou de seus empregados na execução do contrato, não se excluindo dessa responsabilidade em função da fiscalização e acompanhamento do INPE.*
- 3) *Não subcontratar nem ceder ou transferir ao outrem, total ou parcialmente, o execução do contrato.*
- 4) *Substituir sempre que solicitado pelo CRECTEALC qualquer profissional alocado para prestação de serviços que, cuja atuação e mediante prévia justificativa escrita por parte deste, não demonstre a necessária capacidade técnica no desempenho das suas atividades e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do Instituto ou ao interesse do serviço público.*
- 5) *Alocar todo o pessoal relacionado no local de execução dos serviços, nos dias e horários determinados pelo CRECTEALC, observada a legislação pertinente.*
- 6) *Zelar e manter em perfeito e permanente funcionamento os equipamentos e instalações do INPE colocados à disposição da contratada.*
- 7) *Exercer suas atribuições em perfeita consonância com os dispositivos regulamentares do INPE e do CRECTEALC, os quais não poderá alegar desconhecimento, bem como agir de acordo com o contrato, sob pena de constituir inadimplemento contratual.*

EDITAL DE PREGÃO Nº 536 / 2005 - SJC

- 8) Responder por todos os ônus com salários, horas extras, encargos sociais, previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas de seus funcionários, inclusive com despesas de treinamento e aperfeiçoamento, não havendo nenhum vínculo trabalhista entre eles e o INPE ou o CRECTEALC.
- 9) Responder por todos os danos causados voluntária ou involuntariamente ao INPE ou a terceiros na execução dos serviços contratados, inclusive por acidente, mortes ou destruições, isentando o INPE e o CRECTEALC de toda e quaisquer reclamações que possam surgir.
- 10) Providenciar o fornecimento e substituição, sem ônus para o INPE, de todo material ou bens danificados em consequência de manipulação ou uso inadequado por seus empregados.
- 11) Diligenciar no sentido de que seus empregados cumpram rigorosamente os horários estabelecidos, utilizando para tal, sistema de controle eletrônico de ponto.
- 12) Fornecer, sempre que solicitado pelo Contratante, os comprovantes de pagamentos de empregados e o recolhimento dos encargos sociais, sendo responsável pela observância de leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais que direta ou indiretamente sejam aplicáveis ao objeto do contrato.
- 13) Submeter ao INPE no início do contrato, para ciência e aprovação, relação contendo os nomes dos empregados que irão compor a equipe permanente de prestação de serviços, ficando reservado ao Instituto o direito de impugnar, a qualquer tempo, aqueles que não preencham as condições de idoneidade e capacidade exigíveis para os serviços.
- 14) No caso de substituição de empregados, inclusive por férias, deverá comunicar ao INPE, mesmo em se tratando de períodos curtos.
- 15) A empresa contratada poderá substituir profissionais de sua equipe, desde que o novo profissional tenha os requisitos mínimos estabelecidos neste projeto.
- 16) Cuidar para que seus empregados portem os respectivos crachás em local visível durante todo o período que permanecerem dentro do Instituto.
- 17) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 18) Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do INPE e do CRECTEALC, ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, devendo orientar seus funcionários nesse sentido.



EDITAL DE PREGÃO Nº 536 / 2005 - SJC

- 19) A Contratada fica obrigada, a critério da Contratante, a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões limitados à 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual.
- 20) Assumir por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços contratados, em relação aos seus empregados, tais como:
 - Salários;
 - Taxas, impostos e contribuições;
 - Indenizações;
 - Vale – transporte;
 - Outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo governo.
- 21) Assumir a responsabilidade por todos os encargos relativos à seguridade social e por todos os encargos e obrigações previstas na legislação trabalhista.
- 22) Manter vínculo empregatício na forma da CLT com todos os profissionais envolvidas na execução dos serviços.
- 23) Assumir a responsabilidade por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 24) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão à eles, ainda que ocorridos em dependências do INPE.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 1) Tomar todas as providências para o fiel cumprimento dos termos contratuais.
- 2) Acompanhar, orientar e fiscalizar de modo sistemático os serviços a serem executados pela contratada, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.
- 3) Fornecer crachás e permitir o livre acesso das empregados da CONTRATADA ao local da prestação de serviços nas dependências do INPE.
- 4) Aprovar os profissionais designados pela CONTRATADA para atuarem na prestação dos serviços administrativos do CRECTEALC.



EDITAL DE PREGÃO Nº 536 / 2005 - SJC

- 5) Determinar, sempre que julgar necessário, a troca de empregados alocados pela empresa contratada, que após ser notificada por escrito, deverá providenciar a substituição num prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

Moacir Godoy Júnior
PREGOEIRO
DE/DIR 1247.2/2003



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA EM SÃO PAULO
DIVISÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **BK Consultoria e Serviços Ltda.**, inscrita no CNPJ nº 03.022.122/0001-77, tendo como responsável técnico o Administrador Pierre Rafiki Orfali – CRA/SP nº 011360, com sede à Avenida Ipiranga, 104 – Sobreloja – República, CEP: 01046-010, em São Paulo, Estado de São Paulo, manteve com a **Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo**, com sede na Avenida Prestes Maia, nº 733, na cidade de São Paulo - SP, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.460/0024-38, contrato de prestação de serviços referente ao Pregão SAMF/SP nº 043/2011.

Contrato: SAMF/SP nº 096/2011 - Pregão nº 043/2011

Vigência: De 01/10/2011 a 30/09/2016

Valor anual: R\$ 11.747.561,52 (conforme Décimo Sétimo Termo Aditivo de 10/05/2016 e Termo de Apostilamento nº 13/2017 de 08/11/2016)

1- Objeto

Prestação de serviços de suporte operacional e de apoio técnico administrativo e atividades auxiliares, em atendimento à demanda do Ministério da Fazenda em São Paulo, conforme Termo de Referência constante do Anexo I do Edital do Pregão SAMF/SP nº 043/2011.

Os serviços de que trata o objeto da licitação, foram executados pelas categorias funcionais abaixo:

DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS (Décimo Sétimo Termo Aditivo)	
CATÉGORIAS	TOTAL
CARREGADOR	19
COND. VEÍCULOS	34
OP. EMPILHADEIRA	1
AUX. INFORMÁTICA	10
TÉC. INFORMÁTICA	5
ANALISTA	1
SECRETÁRIA	63
FRONTISTA	1
TELEFONISTA	5
GARÇOM	4

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO
- DE SÃO PAULO - CRA-SP
Registramos o presente atestado (RCA) sob o
nº 2544/2015 em 23/02/15, cuja
validade obriga apresentação da Certidão.
Sebastião Juarez Pereira Neves
Fiscat.

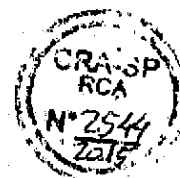
SISTEMA CFA/CRAs
CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

SP 042761

BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.
Pierre Rafiki Orfali
CRA - SP 11360
Sócio Diretor

DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS (Décimo Sétimo Termo Aditivo)

CATEGORIAS	TOTAL
ASCENSORISTAS	9
MENSAGEIRO	35
AUX. ESCRITÓRIO	0
RECE.	82
SERV. COPA	9
AUX. REPRODUÇÃO	19
Total	297



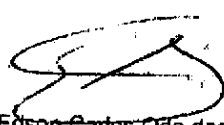
2- Vigência

O Contrato ficou vigente de 01/10/2011 a 30/09/2016.

Declaramos, ainda, que os serviços foram executados satisfatoriamente, não havendo nada que desabone a sua conduta.

São Paulo, 10 de julho de 2017.


Leila de Oliveira Rodrigues
Gestora do Contrato - Portaria nº 197/2015
CAU/DRL/SAMF-SP


Edson Carlos Oda dos Santos
GERENTE - DRL/SAMF/SP


BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.
Pierre Rafiki Orfali
CRA - SP 11360
Sócio Diretor



MINISTÉRIO DA CULTURA

Largo Sen. Raul Cardoso, 207, - Vila Clementino, - Bairro Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP 70308-200
Telefone: (11)3512-6111 e Fax: - http://www.cultura.gov.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestado de Capacidade Técnica

O MINISTÉRIO DA CULTURA – Cinemateca Brasileira – CNPJ 01.264.142/0023-34, de acordo com o requerido pela empresa **BK Consultoria e Serviços LTDA.**, estabelecida à Av. Ipiranga, Nº 104 – Sobreloja - República/SP CNPJ Nº 03.022.122/0001-77, atesta para fins de apresentação em órgãos públicos e em concorrências públicas, que a empresa acima mencionada é nossa prestadora de serviços acessórios e complementares para suporte operacional-administrativo da Cinemateca Brasileira em São Paulo/SP, de acordo com as condições, especificações e quantidades constantes estabelecidas no Termo de Referência, anexo I do Edital, e com vigência contratual com início em 04 de Agosto de 2014 até 03 de Agosto de 2018.

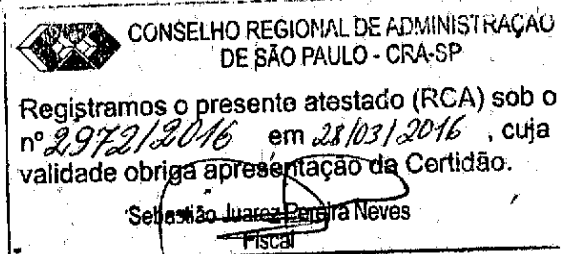
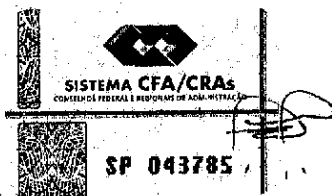
CONTRATO Nº 02/2014 – PROCESSO Nº 01400.035506/2013-12 em regime de PREGÃO ELETRÔNICO (Pregão Nº 04/2014)

SERVIÇOS REALIZADOS: acessórios e complementares para suporte operacional-administrativo da Cinemateca Brasileira em São Paulo/SP.

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS: 17 (dezessete) funcionários;

POSTOS:

- 04 Recepcionistas
- 01 Motorista Executivo
- 01 Secretária Executiva
- 11 Técnicos em Secretariado



Atestamos, ainda, que esses serviços atendem satisfatoriamente as condições contratadas e que em nossos arquivos não existem registros de fatos que desabonem sua conduta técnica e comercial, e a responsabilidade com as obrigações assumidas.

Olga Toshiko Futemma
Coordenadora Geral
Cinemateca Brasileira

BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.
Pierre Rafiki Orfali
CRA - SP 11360
Sócio Diretor



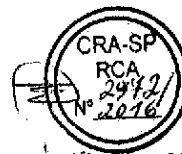
Documento assinado eletronicamente por **Olga Toshiko Futemma**, Coordenador(a)-Geral, em 16/02/2018, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.cultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.cultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.cultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 0505083 e o código CRC 90937578.



Referência: Processo nº 01400.035506/2013-12

SEI nº 0505083

BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.

Pierre Rafiki Orfali

CRA - SP 11360

Sócio Diretor

A

**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL
S.A. – PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. – PPSA**

PREGÃO ELETRÔNICO N.º PPSA.107/2018

DECLARAÇÃO DE ESCRITÓRIO NA LOCALIDADE

A empresa **BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 03.022.122/0001-77, inscrição estadual NÃO INSCRITA, estabelecida na Av. Ipiranga, nº 104 – República – São Paulo – SP – CEP: 01046-010, por intermédio do seu representante legal Sr. Adilson Marinho de Souza, DECLARA que possui escritório no estado do Rio de Janeiro, situado em:

✓ Avenida Rio Branco, 26 – Sobreloja – Sala 7 – Centro – Rio de Janeiro – RJ.

São Paulo, 08 de junho de 2018.



Adilson Marinho de Souza
BK CONSULTORIA E SERVIÇOS
Analista Coordenador de Licitações

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 35218751892	CNPJ 03.022.122/0001-77
NOME EMPRESARIAL BK CONSULTORIA E SERVICOS LTDA	

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2017 a 31/12/2017
NATUREZA DO LIVRO DIÁRIO-2017	NÚMERO DO LIVRO 29
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 14.87.C8.62.44.7E.E0.C4.B9.1B.C8.C2.E3.63.43.59.62.2D.8C.F6	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
CONTADOR	32862393991	IRINEU KUSSE:	619957211022051060	04/06/2016 a 04/06/2019	Não
Procurador	32862393991	IRINEU KUSSE:	870110058608577221	09/01/2018 a 09/01/2019	Sim
		32862393991	7		

NÚMERO DO RECIBO:

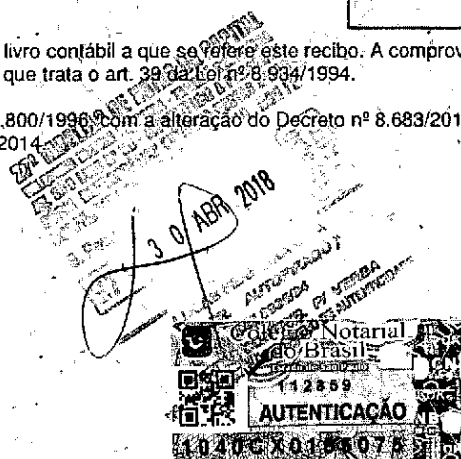
14.87.C8.62.44.7E.E0.C4.B9.1B.C8.C2.
E3.63.43.59.62.2D.8C.F6-8

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 19/04/2018 às 14:03:16

AE.45.7F.9C.A7.9B.20.4B
DB.1D.B2.36.18.FA.85.55

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo. A comprovação da autenticação dá-se por este recibo. Esta autenticação dispensa a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996 com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.



IRINEU KUSSE
CONTADOR
CRC 1SP166790/O-1
CPF 328.623.939-91

CNPJ: 03.022.122/0001-77

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO	R\$ 54.220.345,84	R\$ 78.415.269,32
CIRCULANTE	R\$ 36.252.084,40	R\$ 55.660.770,57
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$ 6.440.007,77	R\$ 5.290.920,39
IMPOSTOS A RECUPERAR	R\$ 11.426.503,93	R\$ 19.688.516,42
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	R\$ 16.625.018,72	R\$ 28.427.706,43
DEPOSITOS EM GARANTIAS	R\$ 558.758,12	R\$ 1.991.190,59
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	R\$ 1.201.795,86	R\$ 262.436,74
ATIVO NAO CIRCULANTE	R\$ 17.968.261,44	R\$ 22.754.498,75
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	R\$ 16.510.360,37	R\$ 21.510.360,37
PERMANENTE	R\$ 1.457.901,07	R\$ 1.244.138,38
(-) PASSIVO	R\$ (54.220.345,84)	R\$ (78.415.269,32)
(-) CIRCULANTE	R\$ (25.541.336,01)	R\$ (46.518.873,53)
(-) FORNECEDORES	R\$ (1.322.129,05)	R\$ (1.480.406,50)
(-) FINANCIAMENTOS	R\$ (13.947.110,18)	R\$ (31.723.464,14)
(-) SALARIOS E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ (4.650.603,05)	R\$ (5.953.257,05)
(-) OBRIGACOES FISCAIS	R\$ (2.916.743,00)	R\$ (2.768.649,20)
(-) OBRIGACOES TRABALHISTAS	R\$ (2.690.942,64)	R\$ (4.593.096,64)
(-) OUTRAS OBRIGACOES	R\$ (13.808,09)	R\$ (0,00)
(-) PASSIVO NAO CIRCULANTE	R\$ (4.556.501,83)	R\$ (4.563.963,67)
(-) PARCELAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUICOES	R\$ (1.234.666,14)	R\$ (798.901,62)
(-) FINANCIAMENTOS	R\$ (321.835,69)	R\$ (3.765.062,05)
(-) PATRIMONIO LIQUIDO	R\$ (27.122.508,00)	R\$ (27.332.432,12)
(-) CAPITAL SOCIAL	R\$ (3.000.000,00)	R\$ (3.000.000,00)
(-) LUCROS \ PREJUIZOS ACUMULADOS	R\$ (24.122.508,00)	R\$ (24.332.432,12)

IRINEU KUSSE
CONTADOR
CRC.1SP166790/O-1
CPF 328.623.939-91

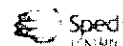
Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 5.0.0 do Visualizador

Página 1 de 1



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: BK CONSULTORIA E SERVICOS LTDA

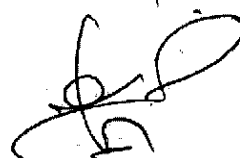
Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 03.022.122/0001-77

Número de Ordem do Livro: 29

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

Descrição	Valor da última DRE	Valor
RECEITAS E DESPESAS	R\$ 9.298.221,54	R\$ 7.895.652,63
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	R\$ 257.999.509,12	R\$ 249.666.949,09
VENDA DE SERVICOS	R\$ 297.909.090,72	R\$ 284.920.100,74
(-) DEDUCOES DA RECEITA BRUTA	R\$ (39.909.581,60)	R\$ (35.253.151,65)
(-) DESPESA OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS	R\$ (248.701.287,58)	R\$ (241.771.296,46)
(-) CUSTO DOS SERVICOS PRESTADOS	R\$ (226.314.596,10)	R\$ (215.107.609,87)
(-) ADMINISTRATIVAS	R\$ (13.649.310,24)	R\$ (15.165.520,95)
(-) RESULTADO FINANCEIRO LIQUIDO	R\$ (3.923.234,26)	R\$ (7.431.679,76)
(-) PROVISAO PARA IMPOSTO DE RENDA E CSSL	R\$ (4.814.146,98)	R\$ (4.066.485,88)
LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO	R\$ 9.298.221,54	R\$ 7.895.652,63


IRINEU KUSSE
CONTADOR
CRC 1SP166790/O-1
CPF 328.623.939-91



Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 5.0.0 do Visualizador

Página 1 de 1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 9069195

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 24/05/2018, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 03.022.122/0001-77, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 25 de maio de 2018.

PEDIDO Nº:

6520231

